

**REVISTA**  
**PORTUGUESA**  
**de HISTÓRIA**

**tomo XXXV**

*Homenagem a Sérgio Soares*



**COIMBRA 2001/2002**  
**FACULDADE de LETRAS**  
**da UNIVERSIDADE de COIMBRA**  
**INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL**

## **Almedina: A Torre (esquecida) da Cidade**

PAULA CRISTINA VIANA FRANÇA  
Técnica Superior de Arquivo  
Arquivo Histórico Municipal de Coimbra

A cidade de Coimbra é conhecida pela imagem de uma Torre: a Torre da Universidade.

No entanto, não é essa a Torre objecto deste trabalho. A “nossa” Torre da Cidade encontra-se disfarçada no meio do casario urbano, no ponto de confluência entre a Baixa e a Alta. É a velha torre que se ergue altaneira sobre a Porta de Almedina, local emblemático de passagem, centro do poder municipal de outrora, a “Torre da Vereança,” como o Doutor Sérgio Soares gostava de algumas vezes a referir.

A escolha deste monumento esquecido da cidade de Coimbra para tema de um artigo, em homenagem ao nosso antigo professor, justifica-se por duas razões.

Primeiro, por ser um espaço que lhe está intrinsecamente ligado, uma vez que, na sede do Arquivo Histórico Municipal de Coimbra (AHMC), na Torre de Almedina, realizou parte da sua investigação académica. Aí, como arquivista, tive oportunidade de reencontrar o mestre, como investigador dedicado, e com ele muito aprender sobre a documentação do município, que bem conhecia, guardando desse convívio uma agradável recordação.

---

Segundo, porque estando a Torre de Almedina a atravessar um processo de obras de recuperação e restauro, que a destinarão a outro fim que não o de cartório do município, urge publicar alguns documentos, que temos vindo a coligir, desde 1995', que permitam uma melhor compreensão deste edifício multissecular, único na história da cidade.

### ***A Torre como sede da Vereação***

A cidade de Coimbra possuiu uma cerca de muralhas que remonta ao século XI, guarnecida de diversas torres de vigia sobre os acessos à colina.

A porta de Almedina era a principal entrada da cidade franqueando o acesso ao alto da povoação. Acintura defensiva possuía ainda outras entradas: a Porta de Santa Sofia, no acesso do Norte; a da Portagem facultando o acesso à Estrada Real para Sul; a de Belcouce e a da Genicoca (ou Arco da Traição) ambas nos extremos das Couraças; a Porta do Castelo (ou do Sol) a Nascente e a Porta Nova, na zona da Judiaria.

Aos moradores da cerca de Almedina são concedidos diversos privilégios desde os primórdios da monarquia para que sempre a habitassem e povoassem. Disso é um exemplo a Carta de Sentença dos sobrejuízes da coroa, dada em Coimbra em 1358, terminando a demanda que corria entre o concelho e os moradores da cerca de Almedina, que invocavam privilégios e isenções tributárias, concedidas por D. Afonso III e que lhe são de novo rectificadas<sup>1 1 2</sup>. Ficava este documento guardado numa arca na Sé Velha, sendo a chave confiada a um morador de Almedina, para que a todo o tempo se pudessem provar os seus direitos.

Era também defronte do templo cristão que se sediava a Casa de Audiência da Câmara, referida e identificada por António de Vasconcelos, em 1935<sup>3</sup>, como “Casa do Vodo”, “Casa da Rolação, ou Vereação”, na publicação sobre a Sé Velha, a propósito da polémica sobre a construção da *escada macabra*, frente à Porta Ocidental desta igreja

Este edifício, de que se encontraram apenas os alicerces, correspondia a uma casa “mui pequena,” que terá sido demolida na sequência do pedido de

<sup>1</sup> Nesse ano realizou-se uma exposição documental na Torre de Almedina intitulada *A Torre da Cidade*, tendo-se reunido diversos manuscritos e fotografias sobre o monumento tendo o Arquivo Histórico Municipal de Coimbra editado um Catálogo.

<sup>2</sup> AHMC, Pergaminhos Avulsos, nº 2, 1358.

<sup>3</sup> VASCONCELOS, António de, *A Sé Velha*, Coimbra, 1935, vol

---

escambo, que o Bispo D. Jorge de Almeida dirige ao município em 1498<sup>4</sup>, para lhe ceder esse prédio, em troca de outro, que indica, onde pudessem de futuro realizar-se as audiências. A sua demolição era necessária para execução do projecto de alargamento do adro da Sé e construção de “um patim e tavoleiro”, que realçasse a imponência do monumento e ligasse as suas entradas norte e ocidental.

Todavia, e ainda antes da demolição da Casa do Vodo, já a Câmara reunia noutros locais também.

Esta situação leva o Arq<sup>0</sup> Walter Rossa a afirmar: “A casa da Câmara ou Paço do Concelho é em Coimbra uma questão confusa, uma vez que nos documentos a vereação surge reunida em diversos locais segundo uma ordem cronológica que não permite determinar-lhe uma sequência compreensível. Para uma cronologia bastante recuada vimo-la reunida em frente à Sé na *Casa do Vodo*. Mas para 1376 temos a referência *ao paço onde se faz o concelho cerca da Sé*. Dois anos depois aquela função parece decorrer na Torre de Almedina, “Torre da Vereação”[...] A primeira referência em 1378 a reuniões na Torre da Vereação deve ser conjugada com a notícia duma das descrições do Rol do Almoxarifado (T.T., Núcleo Antigo, n<sup>o</sup> 287, fis. XVI) na qual se lê ter o rei *hua tenda com a dieta Porta [Almedina] a qual foi tapada cando fez.om a Tore nova da dieta Porta*.” Assim e para este autor é plausível que “na impetuosa reforma femandina das muralhas a Torre de Almedina foi feita de novo, ou profundamente renovada, ficando nela criadas, certamente não de propósito, as condições para a Câmara ali se reunir”<sup>5</sup>.

Assim durante o século XIV e XV a Torre de Almedina transforma-se em centro do poder político municipal. Passa a ser o local, por excelência, mas não único, de reunião da vereação, que da torre pode disfrutar de um vasto e esplêndido horizonte, vigiando tudo o que se passa de norte a sul.

Decorriam também aí as audiências do Corregedor, do Juiz dos Órfãos, e mais tarde as Juntas dos Vinte e Quatro dos Mesteres.

Aparece então referida nos documentos do Arquivo Municipal como *Torre da Vereação*<sup>6</sup>; *Torre da Relação*<sup>7</sup>, *Torre e Câmara da Vereação*<sup>8</sup>.

<sup>4</sup> AHMC, Pergaminhos Avulsos, n<sup>o</sup> 100, 101, ambos de 1498.

<sup>5</sup> ROSSA, Walter, *Diversidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, Coimbra, 2001, p. 459 e segs.

<sup>6</sup> AHMC, Pergaminhos Avulsos, n<sup>o</sup> 33, 1378, n<sup>o</sup> 118, 1535.

<sup>7</sup> AHMC, Pergaminhos Avulsos, n<sup>o</sup> 32, 1404; n<sup>o</sup> 38, 1391; n<sup>o</sup> 57, 1419.

<sup>8</sup> AHMC, Pergaminhos Avulsos, n<sup>o</sup> 94, 1483, n<sup>o</sup> 109, 1515.

---

Como dissemos não era este espaço exclusivo. A alternativa, desde esta época também, é a *Casa da Cidade* na Praça, ou abreviadamente a *Casa da Praça*. Situava-se na Praça de São Bartolomeu, (actual Praça do Comércio), sobre os açougues da cidade, do lado nascente, junto às escadas, que da Igreja de Santiago ligavam a Praça com a Calçada,(actual Rua Ferreira Borges). O desnível entre a rua e a praça permitia a construção em altura de três pisos. O “rés-do-chão” virado para a praça possuía arcadas: aí ficavam os açougues, a Casa do Ver do Peso e o local onde se armazenavam os palanques e os estrados que a Câmara usava para as festas. Os outros dois pisos, “sobradados”, tinham acesso pelo lado norte, pelas escadas: eram a Casa da Câmara, que tinha varanda para a Praça, onde a Vereação assistia às touradas e outros eventos, e o Paço dos Tabelaões, onde estes aguardavam o público que vinha lavrar suas escrituras<sup>9</sup>.

Tentámos analisar na série documental que regista as *Actas das* , e que embora com alguns hiatos, nos oferece uma sequência cronológica contínua, iniciando-se em 1491, em qual destes dois locais reunia a vereação com mais frequência, mas a pesquisa revelou-se infrutífera, pois embora alguns escritões sejam explícitos, registando de forma clara o sítio onde nesse dia decorre a reunião, outros ficam-se por uma alusão vaga “em Câmara dela [cidade de Coimbra]” que pode servir para ambos os espaços. Esta alternância entre o *alto* da Torre de Almedina e o *baixo* da Praça verifica-se até ao século XIX.

Mas outros motivos obrigaram também a que nem sempre as reuniões da vereação se realizassem na Torre. Os surtos epidémicos de finais de Quinhentos, por exemplo, levam os vereadores a reunir fora de portas: em Santa Clara, no Mosteiro de S. Francisco da Ponte<sup>10</sup>, em Pé de Cão, (nos Paços de D. João Coutinho), em S. Jorge (na ermida de S. Marçal) ficando disto registos na documentação<sup>11</sup>.

No séc. XVIII, as sessões de Vereação realizam-se, com maior frequência, na *Casa da Praça* de S. Bartolomeu. A Torre encontrava-se bastante degradada e abandonada necessitando de obras. Manter-se-á, todavia, como cartório e arquivo do município.

<sup>9</sup> A descrição deste espaço encontra-se nos Tombos de Cadastro dos Bens da Câmara: AHMC, Tombo 1532, fl. 3; Tombo de 1678 fl. 7, Tombo 1768, fl. 5.

<sup>10</sup> AHMC, Vereações, n.º 37, 1598-99.

<sup>11</sup> LOUREIRO, José Pinto, *Toponímia de Coimbra*, Coimbra, 1964, p. 118.

---

Desta situação nos dão conta as recomendações dos Corregedores, proferidas durante as suas audiências, a de 1727 regista o seguinte: “achou elle Doutor Corregedor que o cartorio da camara estava em arcas e almareos damnificados e na caza chamada da Torre da mesma Camara, a qual necessitava de se reparar [...] e prouendo em huma e outra couza, mandou que se reparaçe tudo que pudeçe admitir conçerto, e se fizesse de novo o que nam pudece, e como o concerto da dita caza nam cabia na pocebelledade dos rendimentos do conçelho os officiais da camara procuraçem provizam pera esta obra donde intendessem [...]”<sup>12</sup>. E na de 1738 regista-se alguma melhoria nas condições de instalação do arquivo em relação a anos anteriores, no entanto: “perguntado se havia arca para arrecadação do tombo e foral responderam que sim [...] e que o tombo e foral desta camera se guardava nas gavetas do bofete da camara, que estavam fechadas, porem que os mais papeis e livros estavam em monte, mandou se fizessem as estantes na caza detremendada para o cartorio no termo de tres meses, com o mais que fose necessario com porta fechada”<sup>13</sup>.

Após o Terramoto de 1755 a *Casa da Torre* não é considerada refúgio seguro indo o Senado para a *Casa da Praça*: “a antiga e nobre caza da camara [*na torre*] se tinha desprezado em rezam dos temores dos terramotos consequentes ao grande Terramoto [*1755*] pelo motivo que a dita caza he excessivamente alta e não lhe poder ser fácil a fugida”<sup>14</sup>.

Só regressam a este local, depois de efectuadas diversas obras, recomendadas na Correição de 1785: “e a sobredita caza antiga [*torre*] se acha sem ruina notável em termos de se continuar nela o exercido deste Senado. Proveu que daqui em diante, digo, por diante, fectos alguns pequenos consertos as funçoins do Senado se praticasem nella, como mais proprio e decorozo ao mesmo Senado e assim como que havendo ora toque de sino da mesma caza pera dar avizo aos que tem que requerer, proveu que este dito toque se praticase por duas vezes no tempo costumado, relativamente ao Inverno e ao Veram [...] assim como sendo informado elle dito Doutor Corregedor que os papeis pertencentes ao arquivo da camara se achavam despertos e em hua incerteza notável assim como expostos a que se pozesem em hum total descaminho asi como ha certeza de falta de muntos e emportantes: proveu elle dito Corregedor que o Senado

<sup>12</sup> AHMC, Sentenças de Correição, 1706-1737, fl. 119v.

<sup>13</sup> AHMC, Sentenças de Correição, 1738-1794, fl.4v.

<sup>14</sup> AHMC, Sentenças de Correição, 1738-1794, fl.201v.

---

mandando fazer hum archivo fizesse recolher nelle o Foral, os Tombos, as Provizoens, Alvaras, as Posturas, e tudo quanto pertença e deve entrar no nome de papeis pertencentes ao Senado, o qual archivo devia ter tres chaves que deviam estar nas maons daquelles que a lei aponta”<sup>15</sup>.

A Casa da Praça de S. Bartolomeu, na zona comercial da cidade, descrita nos Tombos dos sécs. XVI, XVII e XVIII, situava-se próximo da Igreja de Santiago. No assédio das tropas napoleónicas, do General Massena, será destruída e não mais reedificada<sup>16</sup>. A Vereação retoma mais uma vez à casa da velha Torre de Almedina.

No séc. XIX, a extinção do Tribunal da Inquisição, em 1821, faculta à Câmara esses edificios, em Coimbra. Era a Casa da Fonte da Bica, contígua ao Colégio de S. Bernardo, com frente para a Rua da Sofia local, actualmente, designado por Pátio da Inquisição<sup>17</sup>. A venda deste imóvel pelo Estado faz sentir de novo a necessidade premente de possuir um edificio condigno, e mais adequado, às funções de um município oitocentista<sup>18</sup>. A solução é encontrada com a ocupação de parte do Mosteiro de Santa Cruz, que sofrerá diversas obras de adaptação, sendo inaugurado em Agosto de 1879.

### *O sino de correr*

Existe na Torre de Almedina, no corredor das varandas do segundo piso um sino, que fazia as delícias dos alunos em visitas de estudo ao Arquivo, disputando-se o privilégio de o fazer soar, em memória da época em que anunciava a audiência da vereação, alertava das epidemias e encerrava as portas da cidade.

Este antigo sino de bronze, (Foto 1) está na face da Torre voltada a Poente, dando para a Calçada, via de circulação para a Ponte Real, o local mais animado de trânsito e comércio. Outrora o sino era visível da actual Rua Ferreira Borges,

<sup>15</sup> AHMC, Sentenças de Correição, 1738-1794, fis. 202-202v.

<sup>16</sup> AHMC, Vereações, n.º 71, 1810-1816, sessão de 3 de Novembro 1810.

<sup>17</sup> AHMC, Vereações, n.º 73, 1822-1828, “a sessão 9 de Março de 1822, é nas cazas da camara delia da extinta Inquisição. ”

<sup>18</sup> Representação dirigida pela Câmara: “aos Senhores Deputados da Nação Portuguesa alegando que, o actual edificio denominado Castelo do Arco de Almedina, fora até agora adoptado para caza da Câmara, não por sua idoneidade mas porque o antigo que a Câmara possuia de propriedade foi incendiada no tempo da Invasão Francesa, e não tem capacidade para albergar nem o archivo e secretaria, nem o funcionamento do juris que a Carta Constitucional sanciona”, pelo que pedem a cedência de parte das instalações do extinto Mosteiro de Santa Cruz. AHMC, Títulos Originaes, 1835, fl. 1.

*Almedina: A Torre (esquecida) da Cidade*



*Sino de Correr da Torre de Almedina, corredor do 2.º Andar. Foto da Autora, 2001*

pois o casario não possuía um número tão elevado de andares. Esta situação fazia destacar a Torre muito mais na paisagem do que hoje, como se pode ver pela gravura em madeira da Cidade de Coimbra, publicada no Arquivo Pitoresco, em 1866, e referida na Colecção de Estampas Coimbrãs<sup>19</sup>.

*A inscrição do sino*

O sino possui uma inscrição em alto relevo que nunca tinha sido estudada. Com a sua identificação pensámos ser possível obter elementos que nos permitissem dizer se estávamos em presença do sino original e datá-lo, uma

<sup>19</sup> SILVA, Armando Carneiro da, *Estampas Coimbrãs*, Coimbra, 1964, vol. II, gravura nº20/4, p. 10.

---

vez que se sabe que no século XIX, mais precisamente em 1870, foi retirado da Torre e colocado na Capela do Cemitério da Conchada, tendo regressado posteriormente<sup>20</sup>.

Todavia, para grande surpresa a inscrição não revelava qualquer menção a data, local de fabrico, ou sequer o nome do fabricante. Na documentação do Arquivo Municipal não encontramos nenhuma referência a fundição de sinos, ou a contrato que a Câmara celebre para a aquisição, ou fabrico de um exemplar. Surge apenas num documento, datado de 1419, um homem cuja profissão é “*campenayro*”<sup>21</sup> etimologicamente fabricante de *campanas* (campainhas, sinos), ou simples tangedor de sino, evolução semântica da palavra?

A leitura e transcrição das epígrafes, uma no topo da câmpanula e outra no bojo da base, levantou alguns problemas uma vez que o recanto onde o sino se encontra se bem que seja de fácil acesso pelo corredor intemo, não permite a leitura de parte das legendas da contraface, voltada para o exterior. Além disso a rede protectora, impedindo a entrada de pássaros nas varandas da Torre, imobiliza o sino.

O decalque com recurso a papel mata-borrão mostrou-se ineficaz, devido ao formato abaulado do objecto, tendo de recorrer-se a um material moldável e maleável (plasticina) que permitisse rodear a câmpanula e obter toda a inscrição em negativo. A partir daí fez-se um molde em gesso que permitiu desenhar em tamanho real todas as letras, com o relevo e pormenor do bronze, o espaçamento entre palavras e os sinais de abreviatura.

Ficamos maravilhados pela perfeição do recorte dos caracteres de uma escrita gótica, minúscula, com pequenos floreados, de traço muito fino (Figura 1).

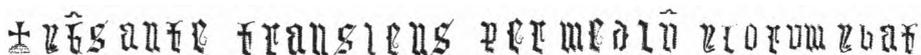


Figura 1

A legenda superior no topo do sino tem cerca de 90 cm de comprimento por 4 cm de altura. Inicia-se com um sinal representando urna cruz, lendo-se da esquerda para a direita. O texto está em latim.

<sup>20</sup> LOUREIRO, José Pinto, *Toponímia de Coimbra*, Coimbra, 1964, vol. I, p. 124.

<sup>21</sup> Carta de renúncia que fazem “*Gil Vaasquez, campenayro, morador em Coimbra e sua mulher Anna Durães*”, ao concelho de Coimbra, do emprazamento da *coyraca velha da dita cidade dapar da portagem*”. AHMC, Pergaminhos Avulsos, nº57, 1419.

*Legenda superior:*

**yh[esu]s ante[m] (autem) transiens per mediujm] ylorum ybat**

Alude a uma passagem do Evangelho (Le. 4, 30) cuja tradução é: “Jesus porém seguiu passando pelo meio deles.”

A legenda inferior, (Figura 2) também em latim tem o mesmo símbolo da cruz no início, e o mesmo sentido de leitura, no entanto é mais longa, cerca de 125 cm de comprimento pelos 4 cm de altura, podendo o espaçamento entre as palavras ser menor devido ao formato do sino.

±mentē santa spontaneā honoreō deo et patrie liberacione

*Figura 2*

*Legenda inferior:*

**mete[m] santa spontanea[m] honorem deo et patrie liberacione**

Corresponde em português à frase “sant(ífica) a aima livre para honra de Deus e libertação da Pátria”.

Na face do sino voltada para o interior da torre, entre a legenda do topo e a da base, aparece a palavra **xps** abreviada que corresponde a Christus, e na contraface **yhs** que corresponde a Yhesus, (Figura 3).

x̄ps ȳhs

*Figura 3*

A tradução do Latim para o Português destas epígrafes foi possível devido ao empenho do nosso amigo Sr. Dr. Padre José Eduardo Coutinho e do Sr. Professor Doutor Cónego Geraldes Freire, colaboração que vivamente agradecemos.

Na ausência de data, o tipo de letra e outros elementos recolhidos na documentação do Arquivo poderão contribuir para uma datação aproximada deste objecto simbólico.

O tipo de caracteres góticos desta inscrição não se assemelham, no entanto, ao que se conhece em manuscritos em pergaminho, ou em papel para o fim do século XV/XVI.

Uma epígrafe que possui caracteres semelhantes ao sino encontramos-na no espólio de D<sup>a</sup> Catarina d’Eça, abadessa do Mosteiro do Lorvão. Num artigo de

■ \_\_\_\_\_

A. Nogueira Gonçalves<sup>22</sup> sobre estas peças de ourivesaria, depositadas no Museu Machado de Castro, chamou-nos particular atenção a fotografia do altar portátil de D.<sup>a</sup> Catarina. Esta peça possui um letreiro, em prata, que orla as quatro faces de madeira da caixa da ara, referindo-se à abadessa e às suas alfaias de ourivesaria para o culto. A semelhança é flagrante nas letras, **y, e, r, a, d.**, Também um modelo de **s** é igual ao do sino. Esta legenda tem a data de 1514.

Assim podemos dizer que pela comparação do tipo de alfabeto o sino será datável do final do século XV inícios do século XVI.

Pesquisemos agora documentação manuscrita que se lhe refira. O *Livro dos Regimentos e Posturas desta mui nobre sempre Leal cidade de Coimbra*, vulgo *Livro da Correia*<sup>23</sup>, no título sobre a que horas se há de correr o sino da cidade refere que ele está na Torre da Câmara, indicando a que horas se deve tocar: “no Inverno das 8 às 9 horas e de Verão das 9 às 10 horas.” Anunciava-se assim a hora de *recolher obrigatório* com o encerramento das portas da cidade, o fim dos trabalhos agrícolas e de pastoreio. A cidade e o alcaide pagavam ao tangedor em dinheiro e em espécie. Recebia uma boa espada por esse serviço. Este assento no *Livro da Correia* é dos mais antigos estando datado e assinado pelo escrivão da Câmara, Inofre da Ponte, em 1517. Assim sabemos que nesta data já existe o sino de correr no alto da Torre.

Nos registos da *Receita e Despesa da Câmara*, o livro mais antigo de 1557 regista a despesa de 50 reis, feita com duas cordas para o sino<sup>24</sup>. O nome do tangedor do sino da cidade, aparece no volume de 1560, num assento em que se manda consertar “o pustigo da porta de baixo da Câmara por onde entra **Tome** a tanger o sino<sup>25</sup>”, o que nos informa também que o sino era tocado do andar debaixo.

O sino possuía pelo menos dois tipos de toque: agitando o badalo, que tem na extremidade inferior um orifício para passar a corda, e fazendo-o balançar, puxando a haste, para dobrar a finados, ou a rebate. O badalo do sino é do género dos badalos de forquilha, que se ata nos sinos com nervo de boi, sendo ainda hoje visível o pedaço de pele que o segura no interior da campánula.

Em 1565 sabemos que o ordenado do tangedor do sino “Tomé Femandes é

<sup>22</sup> GONÇALVES, António Nogueira, *O Tesouro de D.<sup>a</sup> Catarina d'Eça*, in “0 Mundo da Arte”, nº 12, Nov., 1982, p. 3 a 9.

<sup>23</sup> AHMC, *Livro da Correia*, nº 1, 1554.

<sup>24</sup> AHMC, *Receita e Despesa*, 1557, fl. 18

<sup>25</sup> AHMC, *Receita e Despesa*, 1560, fl. 48

---

de 3\$500 reis”<sup>26</sup>. Em 1566 foi necessário “consertar o badalo do sino que custou 60 reis”<sup>27</sup>. Em 1572, é outro o tangedor do sino, Matías Alvarez, porteiro da Câmara, e foi aumentado, recebe 4 mil reis<sup>28</sup>. A entrega de uma espada a um novo tangedor do sino encontra-se documentada, em 1587, por duzentos reis dada a Francisco Gómez<sup>29</sup>.

Mas o sino que está na Torre e toca a recollher, não é o relógio da cidade. Esse está na Sé Velha, e a Cidade, o Bispo e o Cabido pagam ao seu tangedor, conjuntamente, o ordenado, tal como pagam as três entidades pelas reparações<sup>30</sup>.

Mas desde quando é que o sino de correr toca para chamar à audiência?

O escrivão do livro de *Vereações de 1491-1492* regista que os “vereadores eram chamados por porteiros e preguão segundo o costume”<sup>31</sup>. Isto leva-nos a pensar que inicialmente o sino não seria utilizado para esse fim, ou que por esta cronologia ainda não estaria na Torre. Nos registos dos *Livros de Vereações* que se conservaram até hoje, 1515, 1518, 1520-1521, os escrivães omitiram a informação sobre a forma de chamamento para a reunião. Só em 1526, aparece em 17 de Setembro uma vereação reunida na Torre, fazendo-se referência a que foram “chamados por campaa tangida”<sup>32</sup>. Em 1533, faz-se menção à existência dos dois processos: “estando em dia de camera e camera fazendo chamados por seu porteyro e syno como hee de seu costume”<sup>33</sup>. Desde então a referência ao chamado por toque de sino passa a ser mais frequente nos documentos, embora muitas vezes o escrivão não faça qualquer referência ao método utilizado. Isto leva-nos a supor que a forma mais antiga seria o chamamento feito pelos porteiros da Câmara, junto dos *homens da governança*, ou o apregoar em espaço público da notícia da audiência, e que a partir do momento em que a cidade passa a ter a sua sede na Torre, equipada com um sino, o utilize também à semelhança do que ocorria com as congregações religiosas suas “vizinhas” como o Cabido da Sé, ou o Mosteiro de Santa Cruz.

Este processo mantém-se ao longo dos séculos referindo-se a ele Sérgio Soares na sua tese “[...] a acta de 11 de Setembro de 1702 menciona, de forma

<sup>26</sup> AHMC, *Receita e Despesa*, 1565, fl. 112

<sup>27</sup> AHMC, *Receita e Despesa*, 1566-1567, fl. 86

<sup>28</sup> AHMC, *Receita e Despesa*, 1572, fl. 121

<sup>29</sup> AHMC, *Receita e Despesa*, 1587, fl. 46.

<sup>30</sup> AHMC, *Livro da Correia*, n.º1, 1554.

<sup>31</sup> AHMC, *Vereações*, n.º1, 1491-1492, fl. 7.

<sup>32</sup> AHMC, *Vereações*, n.º5, 1526, fl. 18

<sup>33</sup> AHMC, *Vereações*, n.º6, 1533, fl. 15

---

elucidativa e não como mero formulário repetitivo, a sua utilização [*do sino*] para se *tanger a acto de ueeração*, o que revela, ademais, a existência de um toque específico para se reunir a edilidade, que se processa complementarmente às convocatorias feitas porta a porta, ou por carta, divulgando-se este processo no século XVIII<sup>34</sup>. Sobre o sino da cidade diz ainda o mesmo autor: “As demonstrações de alegria, ou o pesar dos lutos, fazem dobrar os sinos da Câmara, cujo toque é acompanhado por diversos outros da cidade, como os da Sé, das várias freguesias, da Universidade, do Colégio da Companhia, e assim soaram, em conjunto, por altura dos momentos festivos e fúnebres; com maior solenidade por ocasião das exéquias de D. Pedro II e na quebra dos escudos pelo falecimento de D. João V, quando ecoaram ao longo de toda a cerimónia, começando os da Câmara, às 2 horas depois do meio-dia”<sup>35</sup>.

O uso frequente do sino implica diversas despesas com a sua manutenção e reparação. Encontramos nos *Livros de Receita e Despesa* menção a esses gastos de que são exemplo: “do conserto do badalo do sino de corer pagou o tesoureiro a Tome Femandes que tem cuidado de ho corer 60 reis”<sup>36</sup>, e mais “cento e sessenta reis de huas cordas, pregos, breu e azeite que se comprou pera consertar o sino da camara que estava pera cair”; e ainda “pagou mais o dito Baltezar Costa por conta do tesoureiro, a Francisco Dias, carpinteiro, mil quinhentos e sessenta reis de de hua porqua que fez ao sino da camara e outrosi pagou a Domingos Dias, fereiro, das simtas que fez e ferajem pera a dita porqua do sino”<sup>37</sup>.

O sino da cidade acabará mesmo por sofrer um acidente, uma queda, que deixou vestígios visíveis no bronze onde se percebe, ainda hoje, uma cicatriz de reparação. Sérgio Soares dá-nos notícia deste acontecimento: “Em 1672 a Câmara teve de pagar o reparo da casa onde caiu o sino da Torre da Relação”<sup>38</sup>, tendo que pagar a “Francisco Simões e Matheus Francisco, carpinteiro e pedreiro, dois mil e sento e sesenta reis do concerto da caza”<sup>39</sup>.

A última referência ao tangedor do sino aparece-nos em 1863, no registo do *Relatório e Orçamento Municipal*, enviado ao Governador Civil pela Câmara<sup>40</sup>,

<sup>34</sup> SOARES, Sérgio Cunha, *O Município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo: Poder e poderosos na Idade Moderna*, Coimbra, 1995, vol. III, p. 1434

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 1433.

<sup>36</sup> AHMC, *Receita e Despesa*, 1566-1567, fl. 86.

<sup>37</sup> AHMC, *Receita e Despesa*, 1606, fl. 37v e 43.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 1433.

<sup>39</sup> AHMC, *Receita e Despesa*, 1672, fl. 26.

## *Almedina: A Torre (esquecida) da Cidade*

quando se referem as lojas e casas que a cidade possui em volta da Torre de Almedina: “Na parte superior reside o oficial de polícia encarregado de tocar o sino da Câmara, às 8 horas da noite no Inverno e no Verão às 9 horas.”

### ***Descrição da Torre***

Antes do séc. XVI pouco se sabe acerca da estrutura da Torre de Almedina.

Qual seria a sua dimensão e altura? Como seria o seu remate: em ameias, com cúbelos laterais, como outras torres defensivas, como alguns autores referem?

Como se lhe acedia? Pelo ângulo norte/nascente, voltado para o actual Pátio do Castilho? Ou pelo lado Sul?

Qual a sua ligação com a barbacã, com a muralha e caminho de ronda?

Como era o seu interior? Qual o seu mobiliário e equipamento?

Algumas destas perguntas permanecem ainda sem resposta. Além dos elementos que a documentação nos fornece são cruciais os dados que a Arqueologia e a História de Arte podem vir a revelar no acompanhamento das obras em curso na Torre de Almedina.

Aprimeira descrição da Torre surge-nos em 1532, *Tombo do Inventário dos Bens Rendas e Foros do Concelho*<sup>41</sup>, ordenado pela provisão régia de D. João III, datada de 3 de Dezembro de 1529, aí incluída.

O cadastro inicia-se com a Torre de Almedina: “Tem a dita câmara hua torre sobre a Porta d’Almedina de hum sobrado por ser te o meo maciça, com suas escadas de pedrarya e em cima huas varandas d’aredor em que fazem camara e em baixo audiencia e em cima tem hua capela em que se diz missa antes que entrem a camara a qual tem em vao de comprido do norte ao vendaval (*sul*), sete varas, e de largo do soão (*este*) pera a travessia (*oeste*), outras sete varas”<sup>42</sup>.

### ***As escadas de pedraria***

Analisemos a descrição quinhentista passo a passo. Um edifício, uma “torre” de “um sobrado”, dois andares, com suas “escadas de pedrarya”.

Não especifica para que lado da Torre fica esta escada. Os dados da documentação que estudámos levam-nos a afirmar que se refere à escadaria externa, que pelo lado do Pátio do Castilho acedia à Torre, pela casa detrás

<sup>41</sup>AHMC, Tombo, 1532.

---

vulgarmente designada por “Casa das Bonecas”, o que atendendo às suas exíguas dimensões, corresponde quase a um corredor de acesso. A comunicação desta casa com a sala do 1º andar da Torre há muito era conhecida, até pela evidência do arco entaipado na parede, (Foto 2) mas só no actual processo de obras foi aberta a passagem, uma vez que a “Casa das Bonecas” deixou de ser habitação particular e passou para o Município<sup>43</sup>.



*Foto 2 - Sala do 1º Andar da Torre de Almedina, quando era utilizada pela ELAD. Realça-se no canto inferior direito, por detrás da estátua, o arco entaipado, da porta que dá acesso à “Casa das Bonecas” e no topo da fotografia é possível visualizar o tecto em forma de masseira com painéis pintados. Foto cedida por cortesia da DREMN.*

A entrada actual da Torre de Almedina, pelo lado Sul, voltada para a Rua das Fangas e para as Escadas de Quebra Costas, foi aberta no século XVIII, em 1736. A informação sobre esta intervenção está no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia. Foi necessário um acordo entre a Câmara e essa instituição, pois junto à Torre, do lado Sul, existiam casas foreiras da Misericórdia, que foram demolidas para construir a escadaria e pórtico de entrada, porque o “antigo [acesso no ângulo nordeste] hera pera hum beco imundo.”

<sup>43</sup> Referimo-nos à arcada do lado direito da fotografia, por detrás da estátua e não à arcada com janelas do lado esquerdo.

---

Esta entrada mais monumental voltada para a “rua pública que vai para a Sé”, insere-se no programa de obras que a Torre sofre no séc. XVIII, por intervenção do Corregedor, que manda restaurar a antiga casa da Câmara, que se tinha descurado, para se fazerem aí de novo as audiências da Vereação. As obras nesta fase estão tratadas por Sérgio Soares no capítulo “Suportes materiais do poder Concelhio” da sua dissertação de doutoramento<sup>44</sup>.

Este pórtico, no entanto, será demolido no séc. XIX, sendo vendidas “as seis colunas de pedra que serviram no coberto da escada da Casa da Torre, a Paulo José da Silva, que as arrematou em praça pela quantia de 2\$800 reis”<sup>45</sup>. Os vestígios das bases dessas colunas ainda são visíveis sobre o corrimão de pedra, do lado esquerdo de quem sobe a íngreme escadaria actual.

O estudo do acesso da Torre está a ser objecto de outro nosso trabalho para o qual coligimos e transcrevemos diversa documentação, pelo que não nos alongaremos mais nestes aspectos.

### *A capela*

No andar superior da Torre reunia a Vereação, que no século XVIII gosta de ser referida como *Senado*, estando esta legenda pintada sobre a porta de entrada da sala. Antes de “entrarem em câmara” os vereadores ouviam missa na capela.

Esta capela de que não restam hoje vestígios, desapareceu durante as obras empreendidas pela Direcção Regional dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DREMN) entre 1945-1953. A única fotografia que temos dela aparece no processo de intervenção da DREMN, (Foto 3 ), uma vez que era prática corrente fotografar o espaço intervencionado, antes e depois das obras. Esta fotografia apanha o oratório já desactivado, servindo de armário à oficina da Escola Livre das Artes do Desenho (ELAD), que se instala na Torre de Almedina quando a Câmara vai para o Mosteiro de Santa Cruz.

A capela situava-se na face nascente da Torre<sup>46</sup>. Numa planta que se encontra também no processo da DREMN, sem data, mas que é anterior às obras de

<sup>44</sup>SOARES, Sérgio Cunha, *O Município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo: Poder e poderosos na Idade Moderna*, Coimbra, 1995, vol. III, p. 1417 e segs.

<sup>45</sup>AHMC, Arrematações e arrendamentos, vol. VII, 1838-1841, fl. 77.

<sup>46</sup> Existe uma fotografia publicada por LOUREIRO, José Pinto, *Toponímia de Coimbra*, 1964, p. 117, em que se vê a Torre de Almedina antes das obras da DREMN, que a adaptaram a Museu Etnográfico, com a empena da capela no alçado nascente e a clarabóia de vidro que dava luz à sala.



**Foto 3 - Sala do 2.º Andar da Torre de Almedina, quando era utilizada pela ELAD, vendo-se a antiga capela da Sala do Senado já desactivada. Foto cedida por cortesia da DREMN.**

1945-1953, aparece o 2.º pavimento da Torre com a localização da capela e com uma estrutura de entradas e corredores que não corresponde ao actual. O desaparecimento da capela deu origem a um corredor escuro na face nascente, que permite hoje a circulação em torno da sala. Chama-se também a atenção para o corte longitudinal da Torre, que integra o mesmo processo, que esclarece a situação da capela e apresenta a sala de baixo, no piso de entrada, com um tecto em forma de masseira. Isto também foi transformado nas obras da DREMN, sendo ainda perceptível na fotografia do 1º andar, quando servia para as aulas da ELAD (fot. 2). A substituição deste tecto por um soalho de madeira simples teve como consequência aumentar a altura desta sala para 6,5 m.

### ***Instituição de um vínculo na capela da Câmara***

Na sessão de 16 de Julho de 1533 o assunto da *ordem do dia* é a sentença régia que manda “que a capela que da dita camara se tirou a Francisco Perestrello, por em ella querer por letereiro com armas se tome ha pose em que estava e nam ponha em ella armas e porem que ponha hum letereiro”<sup>47</sup>, ou seja

### Almedincc A Torre (esquecida} da Cidade

os vereadores e os misteres tomam conhecimento que o rei autoriza a instituição de uma capela particular num espaço do município, desde que o instituidor não coloque lá as suas armas<sup>48</sup>.

A primeira reacção da vereação é de indignação e desde o juiz aos misteres, todos querem pôr embargos à sentença, que acusam de “ser avida sorrotyciamente” e dizem querer enviar representante à corte requerer justiça. Pretendem que não seja consentida “capela alhea em ha camera da cidade”, e que as missas do defunto se dissessem na igreja de São Pedro, onde o dito Perestrelo “mandou por a sua capela em seu testamento, quando a cidade lha não consentise”, e que as missas se dissessem na camara “ao espirito santo como hora se deziã”.

Todavia, não devem ter conseguido demover o rei, ou ter uma influência tão forte como os Perestrelo, pois no século XVII<sup>49</sup> e XVIII<sup>50</sup> a administração da capela anda na mão de seus herdeiros, sendo, no entanto, preciso exigir-lhes o cumprimento de suas obrigações diversas vezes<sup>51</sup>.

#### ***Diogo Botelho, pintor do retábulo***

Em 1568 a *Receita e Despesa* regista: “pagou mais [o tesoureiro] a Diogo Botelho, pintor, sinquo mil reis por pintar a capella da camara e renovar o retabolo della” e mais adiante: “mais sasenta reis a Diogo Botelho, pintor, de pintar huas setas na bandeira que estava na guarda da pomte”<sup>52</sup>.

Prudêncio Quintino Garcia referencia este pintor na sua obra sobre os artistas de Coimbra<sup>53</sup>. Em 1556, Diogo Botelho é contratado para ir “à beyra por

<sup>48</sup> Francisco Perestrelo foi Procurador do Concelho em 1526.

<sup>49</sup> “na qual capella se diz missa antes que se comesse a fazer Vereação, a qual missa he obrigado a mandar dizer todos os dias de câmara, João de Mello de Pina, da Vila de Montemor o Velho, e o pagamento destas missas esta imposto em huas casas que estão na Rua do Curuche (actual R. Visconde da Luz)”. AHMC, Tombo, 1678, fl. 4.

<sup>50</sup> “(1738)...havia huma capella de evocaçam de Nossa Senhora da Conceiçam e na quall hera obrigado Francisco Caetano de Mello e Pina e foram já seus antecessores como administradores do dito morgado vincullados a dita capella a mandar dizer duas missas cada somana, a saber nas quartas e sábados que ssam os dias das vereasoins, a qual obrigaçam se nam satisfazia havia muntos annos e por que aliem de ser regallia deste senado satisfizesse a esta obrigaçam, também hera justo se observaçe a vontade do teztador e os offeciais da camara pella regallia delia lhe emcunbia e requerem a satisfaçam de tal encargo perante o juiz competente que he o doutor provedor desta comarca.” AHMC, Sentenças de Correição, 1738-1794, fl. 22v-23.”

<sup>51</sup> SOARES, Sérgio Cunha, *O Município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo: Poder e poderosos na Idade Moderna*, Coimbra, 1995, vol. III, p. 1450 e segs.

<sup>52</sup> AHMC, *Receita e Despesa*, 1568, fl. 93 e 95.

<sup>53</sup> GARCIA, Prudêncio Quintino, *Documentos para as biografias dos artistas de Coimbra*, Coimbra, 1923, p. 64 e segs.

---

mandado da universidade ver e avaliar os reatabolos que se mandarão fazer”nas igrejas do seu padroado. Sabe-se também que irá pintar o retábulo da freguesia de S.Salvador de Tourais ( *concelho de Seia*), em 1559; a cargo do Cabido da Sé de Coimbra. No *Livro de Registo de Alvarás da Sé de Coimbra*, citado por Prudêncio Quintino Garcia<sup>54</sup>, há um documento, em 1565, que refere: “passei alvara de cinco mil reis para Diogo Botelho, pintor preto, em começo de pago dos xb (*mil*) reis que haa de aver por pintar o retabolo de Tavarede”. Em 1568, ainda citando Prudêncio Quintino, faz o retábulo para a Igreja de Buarcos por 30 mil reis e também por encomenda do Cabido.

Assim não é de estranhar que no mesmo ano esteja a fazer obra para a Câmara de Coimbra renovando o retábulo de sua capela, retábulo de menor porte, certamente, e por isso também de menor preço.

A identificação de Diogo Botelho, em 1565, como *pintor preto*, de *raça negra*, leva-nos a considerar que a ele também se refira a verba registada na *Despesa da Câmara*, em 1557, que diz apenas “ao negro pintor que pintou a bandeira da cidade 300 reis”<sup>55</sup>.

Vítor Serrão também se lhe refere como “pintor negro”activo durante este período, gravitando no grupo de pintores em tomo de Bernardo Manuel este último considerado como “o mais importante pintor coimbrão da segunda metade de Quinhentos e decerto o praticante de óleo com mais merecimento num mundo dominado por escultores”<sup>56</sup>.

De Diogo Botelho nenhuma obra chegou até hoje. A capela da Câmara desapareceu e os retábulos de Buarcos e Tavarede também não se conservam.

### ***A padroeira da capela***

“Sobre o Arco chamado de Almedina se conserva outra torre antiga de cantaria que hoje serve de se fazerem as audiencias da correição civil crime e orphãos e no mais alto delia tem hua grande sala onde se fazem as juntas do senado; tem hua capela cujo orago he a Senhora do Ó e fazem todas as justiças da cidade sua festa annual à mesma Senhora aos 18 de Dezembro, na Collegiada de S. Tiago”<sup>57</sup>.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 66.

<sup>55</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1557, fl. 17v.

<sup>56</sup> SERRÃO, Vítor, na *Biografia do Segundo Mestre de Santa Clara (Bernardo Manuel)* inserida em DIAS, Pedro, et. al. *A Pintura Maneirista em Portugal: A Arte no Tempo de Camões*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1995, p. 469 e segs.

<sup>57</sup> Descrição que consta da “Relação das couzas notáveis da cidade de Coimbra”, de António

---

A despesa da Câmara de 1696-1698 regista: “500 reis de esmola que se custuma dar pera a festa da Senhora do Ó, como consta do mandado passado em 16 de Dezembro de seiscentos e noventa e seis” e de novo “500 reis que deram a Confraria da Senhora do O, o anno de seiscentos e noventa e oito”<sup>58</sup>. No séc. XVII a Câmara contribuía para realizar a festa à Senhora do Ó. Mas na documentação do AHMC a referência, que se encontrou à padroeira da capela não é à Senhora do O, mas sim a Nossa Senhora da Conceição. Surge na Sentença da Correição de 1738, quando o Corregedor manda se cumpra a obrigação das “missas às quartas e sábados dias de vereações”<sup>59</sup>.

Terá o culto a Nossa Senhora da Conceição substituído o culto à Senhora do Ó?

### ***Inventário da capela***

Eml643, encontramos referência ao pagamento de 200 reis a Rafael Couceiro, porteiro da Câmara, por “hum crus que se fes pera o altar da Camara”<sup>60</sup>.

Na sessão da Vereação de 26 de Janeiro de 1661, na relação que o porteiro da Câmara entrega dos bens do município à sua guarda, referem-se as alfaias da capela<sup>61</sup>. A cruz de 1643 não aparece mencionada. Como o documento está muito danificado optámos por transcrever o pequeno rol:

- “- hua vestimenta da missa,
- hum frontal d’altar,
- hua alva com seu amicto,
- duas toalhas do altar,
- hum calix,
- hum missal,
- [...]
- duas cortinas do altar de bocaxim azul[...]

Pela avaliação das referências aos objectos da capela, cremos dever tratar-se de um simples oratório. Esta ideia confirma-se com outra descrição, a do

da Costa Pacheco, 1758, citado por SILVA, A. Carneiro da, *Evolução Populacional de Coimbra*, in “Arquivo Coimbrão”, 1968, vol. XXIII, p. 227.

<sup>58</sup> AHMC, Receita e Despesa., 1696-1698, fis. 7v- 8.

<sup>59</sup> AHMC, Sentenças de Correição, 1738-1794, fl. 22v-23.

<sup>60</sup> AHMC, Receita e Despesa., 1643, fl. 19.

<sup>61</sup> AHMC, Vereações, n.º 52, 1658-1663, fis. 76-76v.

---

Tombo do séc. XVII: “dentro desta casa da câmara está hua capella com seus ornamentos e castiçais piquenos de prata, feitos ao antiguo os quais ornamentos e mais couzas necessarias e pertencentes à dita capella correm por conta do porteiro da câmara”<sup>62</sup>.

Outra informação sobre a capela e a última que aqui registaremos, diz respeito à existência “do escudo com as armas reais sobre o seu arco,” referida na descrição do cerimonial da quebra dos escudos, observado pela morte d’el rei D. João V<sup>63</sup>: “cobrirão se as cadeyras e meza da Camera de bayetta pretta como também os bancos de encosto que vão as funcõins publicas e da mesma sorte as armas de Sua Magestade que estão na mesma camera sobre o arco da Capella e de fumo se cubrió o retrato de Sua Magestade defunta que esta na mesma Camera”<sup>64</sup>.

### ***Obras e reparações na Torre***

Os *Livros da Receita e Despesa da Câmara de Coimbra*, registam nas suas folhas diversas verbas referentes aos encargos de manutenção da Torre como sede da Vereação. Fizemos um levantamento, desde 1557, o primeiro da série que se conhece, a 1652, o último que recenseámos para esta abordagem. A segunda metade de Quinhentos, o período Filipino, a Restauração, são as épocas históricas melhor documentadas no AHMC.

As contas do município apresentam gastos com reparações e obras no edificio, com o aquecimento, iluminação, limpeza, aquisição de mobiliário, tecidos para decoração, consertos, pintura e compra de varas, encomendas a pintores, tecido para o traje dos vereadores em actos solenes, despesas com festas e comédias, etc. Esta foi a fonte privilegiada de informação que usámos para reconstituição da “vida” da Torre.

Entre 1557 e 1652 várias são as obras que sofre a Torre da Vereação. Todavia,

<sup>62</sup> AHMC, Tombo 1678, fl. 4

<sup>63</sup> AHMC, Vereações, nº 64, 1742-1752, fl. 105.

<sup>64</sup> Neste relato aparece uma referência que descreve asvaras que os homens da govemaça usaram na cerimónia. Assim foi possível identificar o conjunto de sete varas pretas que se encontram no AHMC e que tem sido referidas como sendo as varas dos oficiais de diligências, ou dos meirinhos. Foram as varas de luto feitas para a cerimónia levadas pelo Juiz do Povo, pelos almotacés, pela Vereação, pelo Juiz de Fora: “os Vinte e Quatro do Povo e no fim destes o seu juiz levando a sua vara negra e so em sima as armas reais branqueadas [...] os dois almotacés actuais com suas varas pretas e em sima as armas da cidade branqueadas [...]” *Ibidem*, fl. 102-103.

---

não ficou nenhum desenho, traçado, ou projecto do que se executou. As verbas das despesas são muito sucintas.

As grandes preocupações vão ser com a cobertura do edifício: os telhados. Em 1560 emprega-se “telha de canudo” para consertar e retelhar a “casa da Torre” gastando 1\$ 160 reis<sup>65</sup>. A renovação da cobertura foi grande, sendo necessário remover o “sysquo e entulho” e “dar de beber aos trabalhadores que andaram no dito serviço”<sup>66</sup>.

Em 1606 há de novo obras nos telhados, mas desta vez a obra é complexa. Implica o corte de madeiras “na mata”, a sua serração, seu transporte do rio até à Torre e a “subida dos pinheiros do pee da Rollação asima polas janelas”<sup>67</sup>.

Esta campanha de obras terá sido apenas de reparação da cobertura, ou poderá significar a construção de um telhado novo com outro tipo de estrutura? Certo é que não termina aqui.

Em 1608, são feitas janelas nas varandas da Casa da Câmara, pagando-se ao carpinteiro, Manoel Fenandez Coteres, 2\$670 reis<sup>68</sup>. Estas janelas ganharão vidraças em 1623, pagando-se a avultada soma de 4\$340 reis, a Bento Alvres, vidraceiro<sup>69</sup>.

Mas ao mesmo tempo são também feitas reparações na Casa da Praça “deu mais o dito vereador pera tres pinheiros que comprou pera o comserto das varandas da casa da cidade” e “de cair a casa da audiencia, duzentos e corenta reis”<sup>70</sup> e ainda, em 1613, “a Manoel Fernandez, mester e carpinteiro de fazer as janelas da praça da casa da cidade, tres mil reis, que se mandarão fazer por as não terem<sup>71</sup>.” Esta situação de termos ambos os lugares a serem reparados e utilizados ao mesmo tempo repetir-se-á no século XVIII.

Nas décadas de 20, 30 e 40 da centúria de Seiscentos os telhados vão necessitar de mais consertos que acarretam novas despesas. Em 1640, António Tavares, mestre de obras da cidade, é responsável por esse trabalho, que avulta em 1\$070 reis<sup>72</sup>. No ano seguinte manda-se ladrilhar a Casa da Câmara, obra entregue a “Manoel Fernandez, ladrilhador”<sup>73</sup>.

<sup>65</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1560, fl. 44v.

<sup>66</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1560, fl. 48.

<sup>67</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1606, fl. 70v.

<sup>68</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1608, fl. 49v e 55v.

<sup>69</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1623, fl. 18v.

<sup>70</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1606, fis. 71 e 77v.

<sup>71</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1613, fl. 103v

<sup>72</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1640, fl. 34v.

<sup>73</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1641, fl. 14.

---

A segurança do edifício não é descurada sendo diversos os concertos efectuados nas portas da escada de acesso, de que destacamos a colocação de uma “aldrava grande”<sup>74</sup> e reparação de fechadura “com quatro chaves e seu ferrolho pera a casa da Rollação omde fazem audiencia”<sup>75</sup>.

A limpeza das instalações para audiência da vereação não é esquecida, numa época que parece tão longínqua. Em 1560, pagam-se 40 reis por “seis basouras e de palma”<sup>76</sup> para varrer as escadas da Câmara, e pelo carroto de água para a Torre. A água destinava-se à limpeza referindo os documentos que se “barrem as casas da camera e auguam no tempo do Verão”<sup>77</sup>, e a outros fins: “pera se lançar nas medidas de bronjo e se cotejarem”<sup>78</sup> e para consumir durante as audiencias para o que mandaram buscar “duas talhas, puquaros e agoa a Fonte do Bispo”<sup>79</sup> e compraram “dous potes da beira pera neles terem agoa pera se beber nos ajuntamentos de camera, por cento reis”<sup>80</sup>.

A higiene dos homens da governança estava salvaguardada possuindo a Torre “instalações sanitárias,” comprou-se “hum privado com sua cubertoura pera estar na camera” por 150 reis<sup>81</sup>; “hum orinhol de estanho com hua barca”, encomendado a “hum pichaleiro,” por 250 reis<sup>82</sup> e ainda um outro “vidrado pera estar na camera”<sup>83</sup>.

Para maior conforto durante os invernos rigorosos e para as sessões à noite a Torre tem uma lareira, existindo diversas despesas feitas com a lenha que se queima nas vereações, lenha de oliveira<sup>84</sup>. A Casa da Cidade, na praça, também possui aquecimento: um fogareiro para o qual se adquirem sacos de carvão<sup>85</sup>.

Registam-se ainda gastos diversos com velas, círios e tochas, para os officios da capela, e para as sessões que se fazem de noite<sup>86</sup>. Em ocasiões de festas a

<sup>74</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1608, fl.57v.

<sup>75</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1620, fl. 118.

<sup>76</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1560, fl. 41v.

<sup>77</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1572, fl. 61

<sup>78</sup> Os padrões dos pesos e medidas em bronze encontravam-se na Torre. AHMC, Receita e Despesa, 1575, fl. 59v.

<sup>79</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1608, fl. 57v.

<sup>80</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1610, fl. 57v.

<sup>81</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1591, fl. 35v.

<sup>82</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1609, fl. 77v, “barca”, *barça*, deu *balça* no português actual, refere-se a capa de palha ou vime, para envolver objectos de louça, vidro, etc.

<sup>83</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1616, fl. 65v.

<sup>84</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1609, fl. 70v.

<sup>85</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1572, fl. 63v.

<sup>86</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1572, fl. 99v.

---

Torre iluminava-se à custa de “lumimarias” feitas com novos de azeite, com “camdeias, e fuguetes”, como nas festas de São Sebastião que, em 1568, incluíram uma suíça ( *cortejo nocturno*), com charamelas, e uma bandeira de tecido de ruã, pintada pelo pintor Bernardo Manuel, “com as armas d’el rei e da cidade”<sup>87</sup>.

### ***Decoração e mobiliário***

As reuniões na casa da Câmara, na Torre, decorriam em torno de uma mesa: a Mesa da Vereação. Além desta existia a mesa do escrivão da câmara. Ambas possuíam coberturas de tecidos de boa qualidade: “londres verde”<sup>88</sup>. Estes tecidos eram renovados com regularidade mantendo-se, no entanto, sempre a mesma qualidade e cor. É curioso ressaltar que a Torre do Tombo, em Lisboa, é descrita nesta época como possuindo um mobiliário semelhante, sendo as mesas também cobertas por tecidos de “londres verde”<sup>89</sup>.

O escrivão da câmara além do seu ordenado, cerca de 34 mil reis por ano no século XVI, recebe ainda um verba anual específica destinada “ao pano para a sua mesa”, ao pano para o “saquinho dos papéis”<sup>90</sup>, para o “papel limpo que elle põe de sua casa para a camera”<sup>91</sup> e aos gastos com “penas, tintas, areia e encadernação de livros” e ainda com a “sera vermelha para os sellos da camera”<sup>92</sup>.

Para além das mesas o outro mobiliário das salas compunha-se de arcas em que se guardavam os documentos, dentro de saquinhos de pano, como refere o Inventário do Arquivo Municipal, realizado em 1629, e conhecido como *índice Velho (Livro do Alfabeto e Memória)*<sup>93</sup>. A organização dos documentos era feita conforme o formato e independentemente do suporte: as primeiras listas são dos livros, os documentos avulsos estão guardados nos sacos, dobrados e atados, e aparecem inventariados, depois dos livros. A tipologia documental é o segundo critério utilizado: os primeiros documentos referidos são os dos

<sup>87</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1568, fl. 51v-53.

<sup>88</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1560, fl. 57. Esta referência mantém-se ao longo do século XVI a XVIII

<sup>89</sup> Cfr. com o artigo de RAMOS, Fátima do Ó, “A Torre do Arquivo do Rei e a administração régia”, in *A Torre do Tombo na viragem do milénio*, Lisboa, 2000, p. 43 a 46.

<sup>90</sup> No século XVII o saco é de damasco e serve para se levarem os livros dos feitos e as petições das partes à Câmara para se despacharem, AHMC, Receita e Despesa, 1619, fl. 96.

<sup>91</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1606, fl. 35v.

<sup>92</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1564-1565, fl. 78v.

<sup>93</sup> AHMC, índice Velho, 1629.

---

Acórdãos e Vereações, depois a Receita e Despesa, ordenam-se cronologicamente, e também pelo nome dos tesoureiros. Os avulsos em papel e “purgaminho” possuem uma descrição de conteúdo e não estão ordenados por data, mas pelo assunto de que tratavam, surgindo a lista do “saco primeiro” e dos outros indiscriminadamente.

A chave do cartório da Câmara andava na mão dos vereadores da cidade, mas em 1575 regista-se um grave conflito que faz com que o município reclame de sua justiça para a corte, despendendo diversas quantias com envio de caminheiros, certidão de documentos para fundamento de causa, pagamento de pareceres jurídicos, etc. O Corregedor ao dar posse à vereação entrega a chave ao vereador da Universidade, Doutor Manuel Veloso, coisa inaudita para a cidade, pois “sempre andara em hum dos tres vereadores mais antigos delia”<sup>94</sup>.

Além desta, que era a chave de acesso ao Arquivo, havia a chave para a arca, também na mão dos vereadores<sup>95</sup>, e do escrivão. Regista-se a aquisição de uma chave, em 1564-1565, em 1575, e 1600. Em 1613 paga-se a Francisco Ferreira, “sarralheiro, oitocentos reis de huas aldravas e hum aldravão e oito cantos de fero pera os dous bufetes que estão na camara novos”<sup>96</sup>.

Em 1634 os bufetes eram forrados, ou guarnecidos de pano, registando-se a despesa de duzentos reis em 2 covados de bocaxim pera cobrir hum bofete<sup>97</sup>.

Além das arcas e dos bufetes para guardar os livros e documentos, existe um “cofre das eleições, ou cofre das pautas,” onde estão guardadas as listas com os nomes dos vereadores e procurador do concelho. Esta peça foi oferecida à Câmara pelo vereador Manuel Leitão, em 1574, tendo-lhe custado 7 mil reis, conforme consta da acta da vereação de 17 de Fevereiro desse ano<sup>98</sup>. O cofre será objecto de diversas reparações ao longo dos anos<sup>99</sup>.

<sup>94</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1575, fl. 82v e segs.

<sup>95</sup> Na vereação de 5 de Maio de 1535 regista-se a entrega da “chave da arca dos privilegios da cidade” ao vereador Diogo Aranha, eleito em substituição de um vereador que foi à corte. AHMC, Vereações, n.º 7, 1535-1536.

<sup>96</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1634, fl. 25.

<sup>97</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1609, fl. 77v.

<sup>98</sup> “nesta camera trouxe manoell leitam vereador ho presente ano hum cofre pequeno dourado por fora o quall tem tres chaves pequenas de prata com tres fechaduras e narizes a feição de corpos de homem e suas guamiçóis e tirante por sima tudo prata... de que tudo fazia serviço e amizade a esta camera como de feito fez pera no dito cofre se meterem as eleições delia como de feito se meterão e o quall se fechou na arca da dita camera... do quall cofrinho se entregou huma chave ao dito Manoell Leitam, vereador mais velho e a outra a Rui López, outrosi vereador e a terceira a mim escrivão, conforme costume antigo”. AHMC, Vereações, 1573-1574, n.º 18, fis 1690 e segs.

<sup>99</sup> “A João Carvalho, ourives 400 reis das chaves que fez de prata para o cofre das eleições”.

---

Também de prata e para servir na mesa da vereação existe pelo menos desde o século XVI, uma campaynha, que em 1557, “Francysco Vaaz, oryvez,” conserta com trezentos reis “de prata que lhe pos”<sup>100</sup>. Servia para chamar o porteiro e para pôr ordem nas intervenções dos elementos da mesa.

Do mesmo metal era também o sinete, encomendado ao ourives Belchior Femandes, por se ter perdido o anterior<sup>101</sup>. Esta situação repete-se em 1626-1627, tendo que se pagar “hum tostão a quem desenhou as armas da cidade,” mandando-se, executar o sinete em Lisboa, o que não deve ter agradado ao provedor da comarca, que fiscalizou as contas, e anotou à margem da despesa de mil e quatrocentos reis, para esse fim “hade constar ora como serve na camera”<sup>102</sup>.

Outras peças em prata que a Câmara possuía eram uns castiçais e uns tinteiros, poeiras, e respectivas salvas, que empenhava com frequência quando necessitava de dinheiro para outros fins: como por exemplo, em 1616, “para os dós por morte da rainha nosa senhora”<sup>103</sup>, em 1620, pela reparação de um arco da ponte, ficando a Câmara à espera de receber, depois do imposto do Real de Água<sup>104</sup>, e nesse ano também, para ajuda “da soldadesqua que sua magestade mandou levantar”<sup>105</sup>.

Para funcionar durante o período em que as peças estavam empenhadas o município encomenda outras, como nos diz o assento de 1581, “nove vinteis que se pagou ao picheleiro que mora as Tanoarias” por uns castiçais de estanho que “se mandarão fazer emquamto estiverão empenhados os de prata”<sup>106</sup>.

Outra peça fundamental do mobiliário são as cadeiras, objecto simbólico do poder de mando. A vereação encomenda “oito cadeiras novas de estado” por as outras estarem já muito velhas. Paga 2\$000 reis ao latoeiro, Pero Afonso “da pregadura que fez de latão pera ellas” e a João Afonso, carpinteiro, 4\$000

AHMC, Receita e Despesa, 1586, fl. 61., e “a Manoel Femandes, ourives, 500 reis de 48 pregos que fez de prata pera fechaduras do cofre das pautas da camara por estar quebrado e desmanchado” AHMC, Receita e Despesa, 1606, fl. 15v.

<sup>100</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1557, fl. 19, Actualmente esta peça encontra-se no Museu Nacional de Machado de Castro, em Coimbra.

<sup>101</sup> AHMC, Receita e Despesa,, fl. 78v.

<sup>102</sup> AHMC, Receita e Despesa,, 1627, fl. 20.

<sup>103</sup> AHMC, Receita e Despesa,, 1616, fl. 68v.

<sup>104</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1620, fl. 116.

<sup>105</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1620, fl. 111.

<sup>106</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1581, fl. 68v.

---

reis “pela madeira e feitio delas”<sup>107</sup>. Em 1592, nova encomenda de oito cadeiras, estas são de “couros lavrados em preto” e forradas de couro cru “em baixo,” também têm pregaria dourada, e a carpintaria foi feita por “hum mestre da Lousã”, vindo as cadeiras desmontadas na barca, indo buscá-las ao cais<sup>108</sup>. Estes assentos eram pera a Vereação, Corregedor e Juiz de fora. Os Misteres da Casa dos Vinte e Quatro, em 1624, ganham “duas cadeiras rasas que se mandaram fazer pera se sentarem os misteres da meza que as não avia”<sup>109</sup>, supõe-se que antes se sentassem nos “escabellos da camara” para que se compraram “dous lambeis ja usados no fato de João da Mota”<sup>110</sup>.

Em 1572 tiram-se medidas, com cordéis, para se encomendarem reposteiros e manda-se consertar a um alfaiate o “pano de armar da camara”<sup>111</sup>. Além disso a sala está também guarnecida com “guadamixins novos,” adquiridos por 8\$000 reis, pois os outros estavam velhos<sup>112</sup>.

Na Torre encontra-se a bandeira da cidade, que em 1557 é pintada por Diogo Botelho e, se é a mesma, em 1575, é preciso: “noventa reis [para] se recozer a bandeira da cidade, e de retoz pera ela por estar rota”<sup>113</sup>. Para as “festas do senhor principe” em 1605, paga-se ao pintor Manuel Pais, por pintar “as armas reais e as da cidade, e dourar o guião” e fazer uma tarja<sup>114</sup>.

### ***Pintores***

As paredes da Sala da Audiência estavam guarnecidas com os retratos dos reis. Em 1632, paga-se “vinte e dous mil reis, de vinte painéis que mandaram fazer pera a camera, a Diogo Ferreira, doze mil e outocentos reis, a Simão Rois, de fazer as molduras, quatro mil e outocentos reis, e de pintar e dourar as molduras, quatro mil e outocentos reis”<sup>115</sup>.

<sup>107</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1575, fl. 80, a vereação de 21 de Fevereiro de 1575 em vereações, 1574-1575, nº 19, fis 73 e segs. regista um protesto de um ex-vereador sobre a dignidade do assento que lhe devia competir, descrevendo-se a propósito o interior da sala do senado, com uma grade separando a vereação da restante audiência.

<sup>108</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1592, fl. 29 e segs.

<sup>109</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1624, fl. 20v.

<sup>110</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1586, fl. 68v.

<sup>111</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1572, fis. 52, 61v.

<sup>112</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1591, fl. 39

<sup>113</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1575, fl. 59v.

<sup>114</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1605, fl. 51v.

<sup>115</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1632, fl. 22v. A soma das verbas não dá 22mil reis mas mais, mas é essa a conta que está no documento.

---

Após a Restauração é elaborado o retrato de D. João IV, e “Paulo da Serra pintor de Santa Clara” levava setecentos reis de pintar e dourar o retrato de Sua Magestade que esta na camera e Diogo Ferreira, pintor, levava trezentos reis, “das armas que pintou no mesmo retrato”<sup>116</sup>.

Nenhuma destas obras chegou até nós. Destes pintores pouco se sabe também. Prudêncio Q. Garcia refere o pintor Paulo da Serra, como estando activo em 1636, pintando o retábulo das Meãs (*conc. Montemor-o-Velho*) para a Sé, e em 1645, a dourar as faltas das molduras da sacristia<sup>117</sup>. De Diogo Ferreira não encontramos mais elementos.

São vários os pintores que trabalham para a Câmara no século XVI e XVII, ficando registo dos seus nomes na série da *Receita e Despesa*. As obras que faziam era pintar e dourar as varas da Vereação. Além dos Vereadores também o Juiz de fora, o Corregedor, os almotacés, o escrivão da câmara e os porteiros, os quadrilheiros, e juizes do termo da cidade tinham privilégio de usar vara. Também aos mesteres tal honra é concedida por D. João IV. Por isso trabalho miúdo era o que não faltava, sobretudo porque as varas eram renovadas anualmente sendo levadas a casa dos novos eleitos. Além das varas outro tipo de encomenda era a pintura da bandeira da cidade e de figuras para as procissões, máscaras, ou pinturas em vestidos. Assim registamos vários nomes de que seleccionámos apenas os seguintes:

*Diogo Botelho*, 1557; 1568; pintor da bandeira e retábulo da capela da Câmara.

*Bernardo Manuel*, 1557, 1565, 1566-1567, 1568, pintor que pinta as varas para a Vereação e as armas da cidade no guião e nos vestidos dos anjos para a procissão do Corpo de Deus. É este o pintor mais “famoso” que actúa na Torre, referido por Vítor Serrão<sup>118</sup>, do qual pelo menos há obra conhecida.

*Francisco Velho*, 1557, 1565, 1566-67, pintor, pinta as varas dos bordões dos porteiros da câmara, as varas para os almotacés. Prudêncio Q. Garcia referencia-o em 1549, como fiador de Francisco de Ataíde, também pintor, num contrato com a Misericórdia para a pintura da bandeira da instituição e refere ainda outro documento, de 1570, em que a sua viúva, Ilena Lopes, contrai casamento com Jorge Alvares, do Ameal<sup>119</sup>.

<sup>116</sup>AHMC, *Receita e Despesa*, 1641, fl. 19v, 25.

<sup>117</sup> GARCIA Prudêncio Quintino, *Documentos para as biografias dos artistas de Coimbra*, 1923, p. 344.

<sup>118</sup> V.nota 56.

<sup>119</sup> GARCIA, *ob. cit.*, p. 76, 114

---

Há um documento curioso nas *Actas da Vereação* de 1550, que achamos que também se lhe refere: “Nesta Camera atras [12 de fevereiro] se obrigou Francisco Velho, vyoleiro, morador nesta cidade de dar a çedade todas as varas que ouver mester por os allmotações da çedade e isto a sesenta reis por vara, sendo varas de costa e mea, pintadas com a cobra da çidade, que he sua devisa, e asynou com os vereadores e procurador abaixo.” Tem de facto a assinatura autógrafa de Francisco Velho, com o nome e uma estrela de cinco pontas<sup>120</sup>.

O facto de um pintor ter, ou ser referido por, outra profissão não é de estranhar, à luz dos agrupamentos corporativos da época, conforme nos explicou a Dr<sup>a</sup> Carla Gonçalves, investigadora de História de Arte, a quem agradecemos a preciosa ajuda na identificação destes artistas. O próprio Bernardo Manuel é “escritor de livros” e provavelmente “iluminador<sup>121</sup>.”

### *Comédias*

A Torre de Almedina foi também palco de representações teatrais, durante a época filipina.

Pinto Loureiro no seu trabalho sobre o Teatro<sup>122</sup> refere que os Filipes vão controlar a realização de espectáculos na cidade por motivos religiosos e “conveniências políticas.” Os governadores do reino dirigem uma carta ao corregedor proibindo a exibição de comédias durante o período de aulas na Universidade, em 1596, por causa dos distúrbios que estas causavam.

A câmara exercia também um certo controle sobre estas actividades, e até uma certa censura, exigindo a exibição do auto “em privado,” antes de autorizar a licença para a representação pública. Disso é exemplo o assento de despesa de 1592, “[...] mais a elle [Baltesar da Costa, sirieiro] da sera que ardeo na camera por duas vezes, silicet, no negocio das jugadas [...] e de outra imstancia quando se apresentou a comedia na camera para aprovarem se lhe daria licença ou não, como he costume e de outra que depois veo e que se apresentou em caza do juiz aomde aestirão os vereadores, o que tudo se fez de gasto de sera de todas tres imstanças, oitocentos reis” e ainda “mais oitocentos reis, que

<sup>120</sup> AHMC, Vereações, n<sup>o</sup> 8, fl. 13v.

<sup>121</sup> Cf. GARCIA; *ob.cit.*, p. 214, 281.

<sup>122</sup> LOUREIRO, José Pinto, *O Teatro em Coimbra: elementos para a sua história*, Coimbra, 1964, p. 55.

---

mandarão dar de seu trabalho aos representantes da comédia, que recebeu Amdre de Tores<sup>123</sup>. Em 1605, apresenta-se na Câmara uma companhia sevilhana que é autorizada a representar pelo Natal<sup>124</sup>. Nesse ano também as despesas com festas são elevadas, sobretudo com as realizadas em “honra de noso señor principe”, com o nascimento de Filipe III de Portugal. São actividades que decorrem na Praça da Cidade, (*Praça do Comércio*), jogos, touradas, cavalladas, para as quais se gastam “ taboados, mascaras, lominarias, alcamzias e marallotas(?)”<sup>125</sup>. Incluíram certamente espectáculos de equilíbrio também, com saltimbancos, a que se deve referir o pagamento a “Oracio Cartaginês, italiano” que volteou no ar com cordas. Ao cavaleiro que toureou foi dado como prémio uma salva de prata, demonstrando-se assim a importância que tiveram estes festejos.

Mas na Casa da Torre até à Restauração continua-se a representar comédia. Em 1615, “consta pagar o dito tesoureiro 700 reis de doces que se mandarão dar aos castelhanos que representaram hua comedia na camara para a cidade e cidadoes em que assistio o provedor da comarca”<sup>126</sup>. Outra comédia realizar-se à noite, na câmara, no ano de 1625, tendo que se adquirir velas<sup>127</sup>. No ano seguinte dão a “Lourenço Los Rios” 1\$600 reis por uma comédia<sup>128</sup>. Ao lado deste assento na folha de despesa, o provedor que fiscalizou as contas da Câmara, anotou pouco satisfeito: “não manda sua magestade fazer comedias aos vereadores, não levo esta despesa em conta”. Daqui em diante os provedores são terríveis para com a Câmara : em 1627, pagam mil reis a “huns comediantes” e lá está a anotação fatal, “não manda sua magestade gastar dinheiro em comedia,” nem com os doces que se oferecem e as despesas com a cera, todas são excluídas, pois “não ha provisão de sua magestade pera sera de comedias, pelo que não levo em conta esta despesa”<sup>129</sup>. Mas nem com um controle apertado a Câmara deixa de assistir às representações e realizar despesas: em 1629, manda dar mil reis ao autor da representação, “Antonio Gomes,” e “4\$ 120 reis de tochas aos castelhanos da comédia” ambas acompanhadas da inevitável

<sup>123</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1592, fl.66.

<sup>124</sup> LOUREIRO, *ob. cit.*, p. 58.

<sup>125</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1605, fl. 46v a 50.

<sup>126</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1615, fl. 76v.

<sup>127</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1625, fl. 29.

<sup>128</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1626, fl. 21 v.

<sup>129</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1628, fl. 21.

---

sentença do provedor “ não levo em conta” <sup>130</sup>, que pelo visto não surtia qualquer efeito dissuasor.

As última referências a representação de comédias são em 1634 e 1639, nas vésperas da Restauração, sendo o autor do derradeiro ano: “João Baptista, valenciano,” que recebe “dous mil reis por cada comedia”<sup>130 130 131</sup>, que o provedor, Dr. Manuel Camacho de Brito, seguindo instruções superiores, também não admitirá como despesa do município.

E o Teatro faz assim “cair o pano” sobre o primeiro acto desta investigação em tomo da Torre de Almedina, “palco” da história da cidade no “cenário” urbano. Com este artigo de homenagem ao Doutor Sérgio Soares pretendemos chamar a atenção para este monumento da cidade, de que ele tanto gostava, e que é por muitos ignorado. Divulgando estes elementos esperamos vir a contribuir para uma melhor compreensão desta Torre da velha Coimbra, tomando-a mais presente na vida de todos nós.

<sup>130</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1629, fl.37, 1630, fl. 29.

<sup>131</sup> AHMC, Receita e Despesa, 1639, fl. 16v.